

Vanguarda historiográfica

Emília Viotti deixa legado fundamental para entender processos de abolição da escravidão na América Latina

Referência na historiografia brasileira e latino-americana e nos estudos sobre a escravidão e a diáspora africana, a historiadora Emília Viotti da Costa sempre considerou a docência uma atividade fundamental. Barbara Weinstein, historiadora e brasilianista da Universidade de Nova York (NYU), ingressou no doutorado na Universidade Yale em 1973 para estudar a Argentina. Acabou optando por pesquisar o Brasil por conta das aulas ministradas por Emília na instituição norte-americana. “Ela me mostrou que o país oferecia um campo rico para investigar questões da história do trabalho e que era impossível entender a classe operária sem estudar a trajetória dos empresários”, lembra. Emília morreu no dia 2 de novembro, aos 89 anos, em consequência de falência múltipla dos órgãos.

Natural de São Paulo, Emília Viotti era professora emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e atuou durante 26 anos como docente de história da América Latina na Universidade Yale. A amiga Sylvia Bassetto, professora do Departamento de História da USP, lembra que Emília, desde suas primeiras experiências na escola básica até se tornar emérita em Yale, em 1999, atribuiu à sua condição de professora o estímulo à vida intelectual.

A pesquisadora defendeu sua tese de livre-docência sobre o trabalho escravo na USP em

1964, intitulada “Escravidão nas áreas cafeeiras, aspectos econômicos, sociais, políticos e ideológicos da transição do trabalho servil para o trabalho livre”, que renovou as pesquisas sobre a Abolição. Em 1966, o estudo foi publicado pela Difusão Europeia do Livro (Difel) com o título *Da senzala à colônia*.

Barbara explica que *Da senzala à colônia* fez parte de uma leva de estudos que procuraram reduzir a ênfase em questões morais, políticas e ideológicas, ressaltando os fatores sociais e econômicos do processo de Abolição. “Emília foi uma das primeiras a reconhecer o papel dos escravos no processo de emancipação, especialmente por meio das fugas em massa das fazendas de café a partir de 1885”, analisa.

EXÍLIO NOS ESTADOS UNIDOS

Em reconhecimento ao valor desse trabalho, a historiadora foi convidada para ministrar a aula inaugural na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (hoje FFLCH) em 1968, ano do Ato Institucional número 5 (AI-5). Na ocasião, ela criticou o projeto universitário do regime militar. A professora titular do Departamento de História da USP Maria Helena Rolim Capelato lembra que, logo após o AI-5, Emília foi demitida da USP por causa de críticas feitas durante essa aula inaugural ao acordo firmado pelo governo brasileiro com uma organização norte-americana

A historiadora em São Paulo (1998): a docência era uma atividade fundamental



Carreira no exterior ajudou a formar pesquisadores que se tornaram brasilianistas

para a realização de reformas no sistema educacional do país. De acordo com Maria Helena, essa aula se transformou em um texto publicado pela revista do grêmio da FFLCH e circulou por universidades do país nas semanas seguintes.

Emília exilou-se nos Estados Unidos em 1969 e, em 1973, passou a lecionar história da América Latina em Yale, cargo que ocupou até 1999. “Sua carreira acadêmica no exterior permitiu formar pesquisadores norte-americanos que se tornaram importantes brasilianistas, entre eles John French e Barbara Weinstein, pesquisadora que, hoje, chamamos de embaixadora dos historiadores brasileiros nos Estados Unidos”, relata Maria Helena. Emília foi também diretora do Programa de Estudos da Mulher e do Conselho de Estudos Latino-americanos em Yale.

Barbara, da NYU, lembra ainda que, nos Estados Unidos, Emília teve de se adaptar a um novo mundo acadêmico onde não contava com o mesmo prestígio que tinha no Brasil. “Eu demorei para entender os desafios que ela estava enfrentando. No meu olhar, ela era tão brilhante e carismática que era impossível pensar nela como uma pessoa vulnerável. Quando Emília ingressou em Yale, o Departamento de História era um clube de homens e não havia mulheres entre os professores titulares.”

Sylvia Bassetto considera que a carreira acadêmica de Emília nos Estados Unidos foi construída à revelia de uma situação desfavorável. Isso envolvia a ameaça de desemprego, os problemas de visto, a angústia de separar-se da família e, sobretudo, a infinita solidão e sensação de desenraizamento que sofrem os exilados.

O filósofo Jézio Gutierre, diretor-presidente da Fundação Editora da Universidade Estadual Paulista (Unesp), considera que uma das preocupações centrais da historiadora foi entender questões contemporâneas do Brasil olhando para aspectos do passado. “Emília se incomodava com historiadores que se debruçavam sobre a história antiga sem pensar nas consequências à vida contemporânea”, afirma.

Maria Helena explica que outra grande contribuição historiográfica de Emília é o livro *Coroas de glória, lágrimas de sangue. A rebelião dos escravos de Memerara em 1883*, publicado primeiramente em inglês, em 1994, e editado no Brasil pela Companhia das Letras, em 1998. “Com essa obra, Emília se tornou referência em história do Brasil, mas também na história de outros países da América Latina”, enfatiza.

No Brasil, em seu trabalho mais recente, Emília publicou *O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania*, em 2001, procurando colocar o Judiciário em primeiro plano ao analisar a história política do Brasil. “Avesa ao enquadramento a esquemas teóricos rígidos, Emília inspirou inúmeras direções aos estudiosos da escravidão, apontando lacunas e temas pouco explorados”, afirma Sylvia Bassetto. ■

Christina Queiroz